
MICROFINANÇAS NO BRASIL:

**As principais políticas públicas
aplicadas ao setor microfinanceiro
e seus resultados.**

Gilson Bittencourt
Ministério da Fazenda

Pressupostos

- Limitação normativa para a atuação das cooperativas de créditos (constituição e funcionamento);
- Insuficiência de recursos para operações de microcrédito;
- Demanda não atendida da população de baixa renda e microempreendedores por serviços financeiros: conta corrente, crédito, seguros, poupança, etc.;
- Pouco interesse dos bancos em operar com a população de baixa renda e microempreendedores;
- Pequena escala e reduzido número de IMF no Brasil, concentradas nos grandes centros urbanos;

Pressupostos

- Grande diversidade nas IMF em relação a plano de contas, patrimônio, sustentabilidade, organização e operação;
- Elevadas taxas de juros nas operações de crédito de consumo, especialmente para a população de baixa renda;
- Inexistência de cadastro positivo (em relação ao crédito) para os demandantes de crédito ou financiamento de pequeno valor;
- Alto grau de informalidade dos microempreendedores, dificultando e encarecendo o acesso ao crédito formal;

Objetivos da política de microcrédito e microfinanças

- Facilitar e ampliar o acesso ao crédito entre os microempreendedores formais e informais, visando a geração de renda e trabalho;
- Facilitar e ampliar o acesso aos serviços financeiros pela população de baixa renda, garantindo maior cidadania;
- Ampliar o número e a participação das cooperativas de crédito no Sistema Financeiro;
- Reduzir a informalidade e as taxas de juros nos financiamentos.

Ações do Governo - Rural

- Microcrédito Rural - PRONAF
 - Programa com subsídios da União, tanto para equalização de taxas de juros quanto para cobrir parte dos custos bancários;
 - Operado principalmente por bancos públicos federais e cooperativas de crédito;
 - Atendeu em 2005/06 cerca de 1,8 milhões de famílias em diversas modalidades de crédito (custeio e investimento);
 - Ampliou de R\$ 2,2 (2001/02) para R\$ 7,8 bilhões (2005/06) os recursos efetivamente aplicados no ano safra;

Microcrédito Rural - PRONAF

Inadimplência

- Operações com Risco bancário:
 - Custeio/Giro: 1% (R\$ 1,5 mil a R\$ 14 mil)
 - Investimento: 3 a 4% (R\$ 3 mil a R\$ 25 mil)
- Operações com Risco da União:
 - Grupo B (até R\$ 3 mil/renda anual):7% (até R\$ 1 mil/ano)

Microcrédito Rural - PRONAF

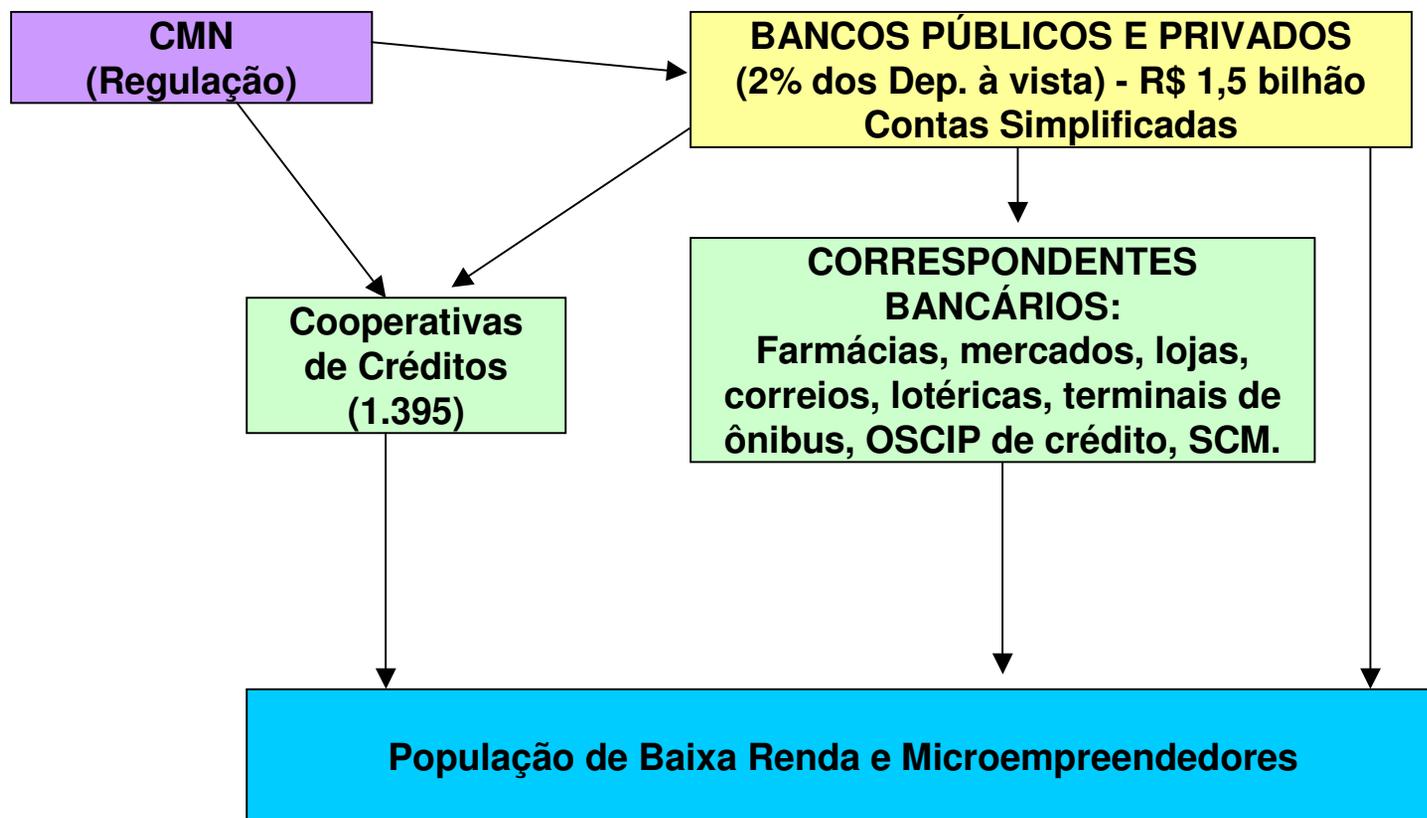
Ações:

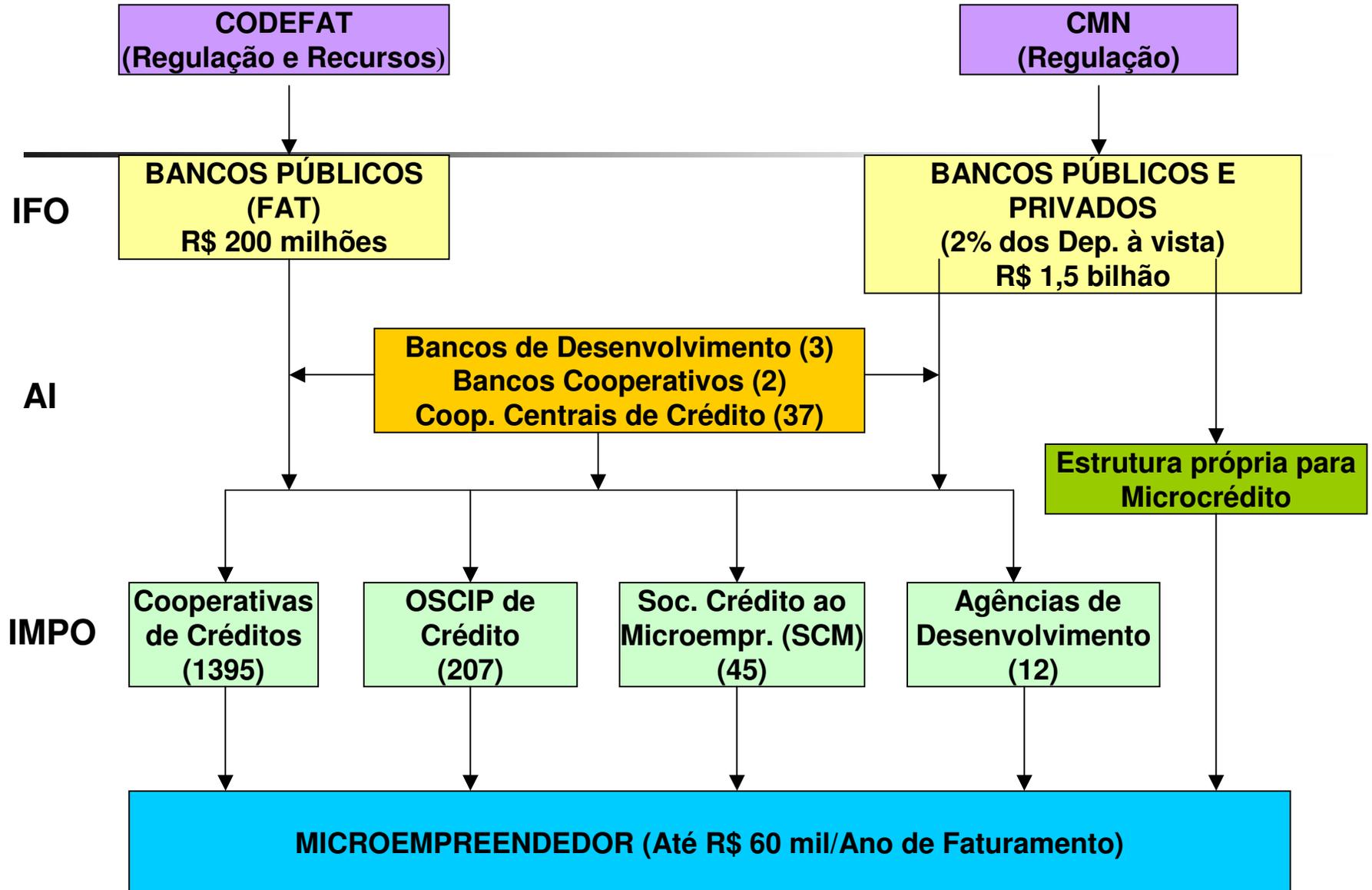
- O Pronaf B será operado na metodologia de microcrédito produtivo orientado pelo BNB;
- Financiamento de atividades não agropecuárias;
- Ampliação do alcance (especialmente nas regiões mais pobres);
- Criação de um seguro da produção e da renda (parcial) – problemas climáticos – PROAGRO MAIS;
- Novo programa de garantia de preços e redução dos subsídios diretos ao crédito;

Ações do Governo - 1

- Aumento das fontes de financiamento para o microcrédito, com cerca de R\$ 1,5 bilhões
 - Destinação de 2% dos depósitos a vista para operações de crédito para pessoas de baixa renda e microempreendedores:
 - Taxa de juros de até 2% ou 4% ao mês
 - Limite de R\$ 600,00 para o crédito de uso livre;
 - Limite de R\$ 1,5 mil para crédito destinados a microempreendedores;
 - TAC de até 2% para o crédito de uso livre e de até 4% para microempreendedores.
 - Criação do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – Recursos do FAT, BNDES e dos Depósitos Especiais;

Inclusão Bancária e Crédito Popular





Ações do Governo - 2

- Ampliação do número de agentes financeiros que atuam com a população de baixa renda:
 - Criação do Banco Popular do Brasil para atuar com microfinanças (Subsidiária do Banco do Brasil);
 - Ampliação da atuação da CAIXA em microfinanças
 - Ampliação e consolidação do Programa pelo BNB e a adoção da mesma metodologia pelo BASA;
 - Permissão p/ constituição de Cooperativas de crédito de livre adesão e de duas ou mais categorias profissionais;
 - Permissão para as SCM's exercerem outras atividades;
 - Aumento do número de correspondentes bancários e dos tipos de serviços prestados;

Microcrédito - taxas juros limitadas a 2% ao mês - contratos e valores efetivados entre ago/03 a abril/06

Instituição Financeira	Número de contratos	Valores (em R\$ 1.000,00)
CAIXA (1)	4.521.811	1.044.502
Banco Popular do Brasil	2.275.621	234.430
Banco do Brasil (2)	1.881.750	846.910
BASA	39.000	21.643
BNB (3)	940.663	610.751
TOTAL	9.658.845	2.758.236

Fonte: Informações dos respectivos bancos

(1) Inclui operações de Crédito CAIXA AQUI (Rotativo), Micropenhor e crédito automático conta simplificada

(2) Crédito Benefício e Crédito Pronto

(3) Inclui recursos aplicados no Crediamigo com esta fonte de recursos a uma taxa de 2% ao mês.

Microcrédito com taxas juros de 2% ao mês

MODALIDADE DE CRÉDITO	Saldo da Carteira em 28/02/06 (R\$ mil)	Acumulado entre 01/01/04 a 28/02/06		Valor Médio contratado (R\$)	Prazo Médio (meses)
		Valor Contratado (R\$ mil)	Quantidade de Contratos (número)		
Uso livre	836.166	2.054.960	14.361.324	72,00	6,0
Micro-empendedor (*)	109.729	745.956	1.067.515	668.44	5,7
TOTAL	945.895	2.800.916	15.428.839	423,00	5,9

Fonte: Banco Central do Brasil

(*) Inclui os financiamentos realizadas pelo BNB – Crediamigo com taxa de juros de 2% efetuadas com recursos dos depósitos especiais para microcrédito.

Ações do Governo - 3

- Alteração dos normativos facilitando a atuação das instituições financeiras junto ao público de baixa renda:
 - Eliminação de vedações operacionais para as instituições financeiras operarem com crédito popular (alteração da 1559, procuração pública);
 - Regulamentação do crédito consignado para trabalhadores assalariados e beneficiários do INSS);
 - Redução e eliminação de taxas e tributos nas microfinanças;
 - Facilitação da aproximação entre bancos e instituições de microcrédito – mecanismos presentes na Lei e nas resoluções do CMN e Codefat;

Ações do Governo - 4

- Produtos e serviços financeiros mais adaptados à realidade da população de baixa renda e dos microempreendedores formais e informais:
 - Inclusão bancária da população de baixa renda, associando o crédito a outros serviços bancários;
 - Conta corrente e poupança simplificada (gratuita e sem comprovante de renda) com saldo de até R\$ 1 mil + crédito);
 - Seguros simplificados e de baixo custo;
 - Crédito de uso livre (pode ser destinado a geração de renda);
 - Crédito para microempreendedor;
 - Redução da burocracia bancária;
 - Uso do fundo de aval de Sebrae (Fampe) e Funproger no microcrédito;
 - Ampliação do Proger e criação do Proger Capital de Giro
 - Programa de Microcrédito Produtivo Orientado;

Contas Correntes Simplificadas = abertas e ativas nos bancos públicos

BANCOS	Número de Contas Simplificadas em 30/04/2006	
	Abertas	Ativas
CAIXA	4.102.763	3.590.574
Banco do Brasil (1)	927.144	879.211
Banco Popular do Brasil	1.476.164	1.066.488
BNB	227.697	218.907
BASA	26.050	26.050
TOTAL	6.759.818	5.781.230

Fonte: Informações dos respectivos bancos

1 – Contas abertas para beneficiários do INSS que recebem pelo BB

(*) Incluem contas abertas, mas com cartões ainda não desbloqueados

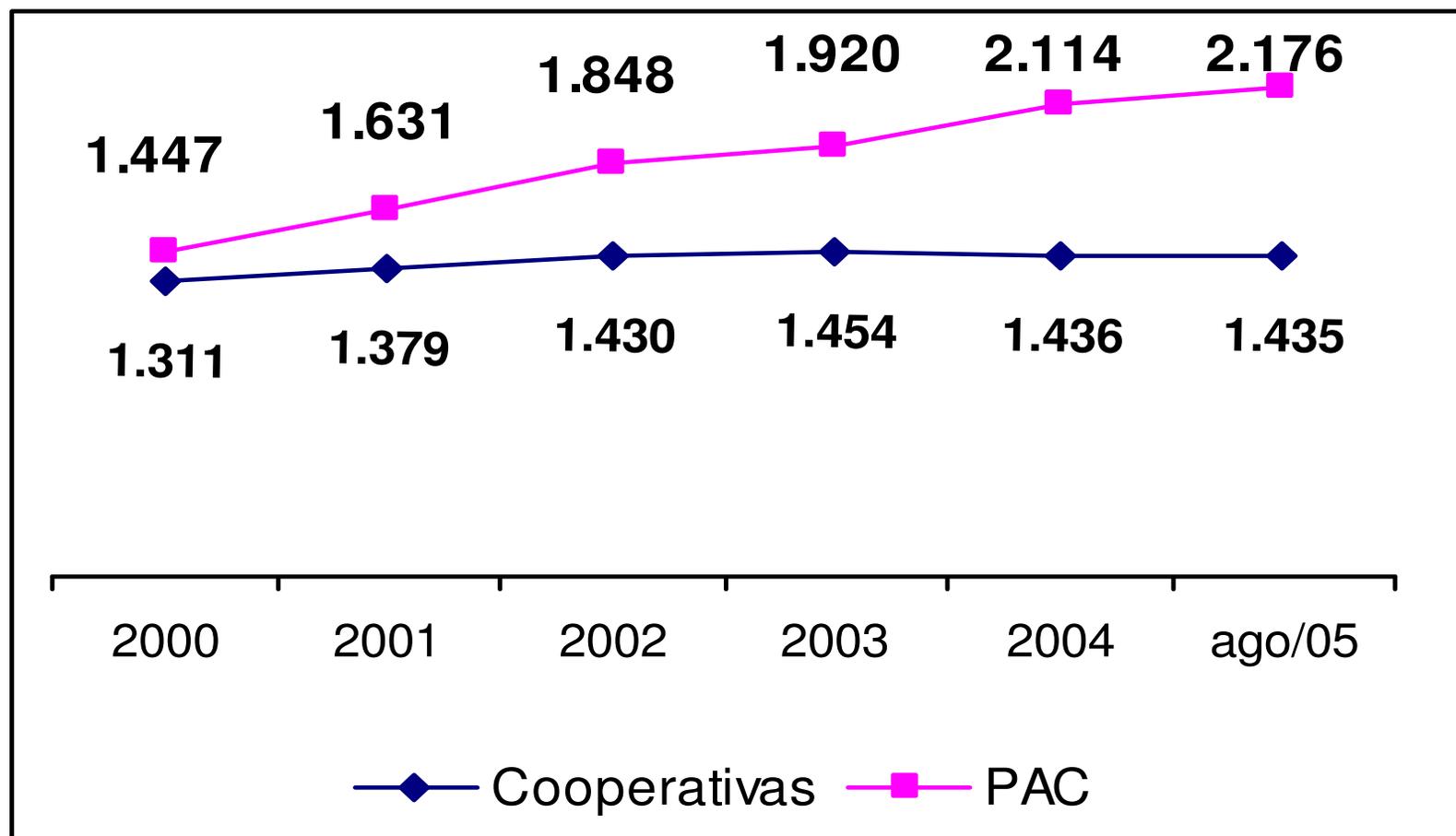
Ações do Governo - Cooperativas

- Permissão para captação de poupança rural pelos bancos cooperativos;
- Isenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e do pagamento de PIS/Cofins no ato cooperativo;
- Redução do fator de ponderação de risco de crédito e aumento da exposição de risco por cliente;
- Aprimoramento das funções das cooperativas centrais e ampliação do rol de serviços que podem ser prestados pelas cooperativas singulares e centrais de crédito;
- Permissão para constituição de cooperativas de duas ou mais categorias profissionais;
- Criação do PROCAPcred – Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito pelo CMN;

PROCAPcred

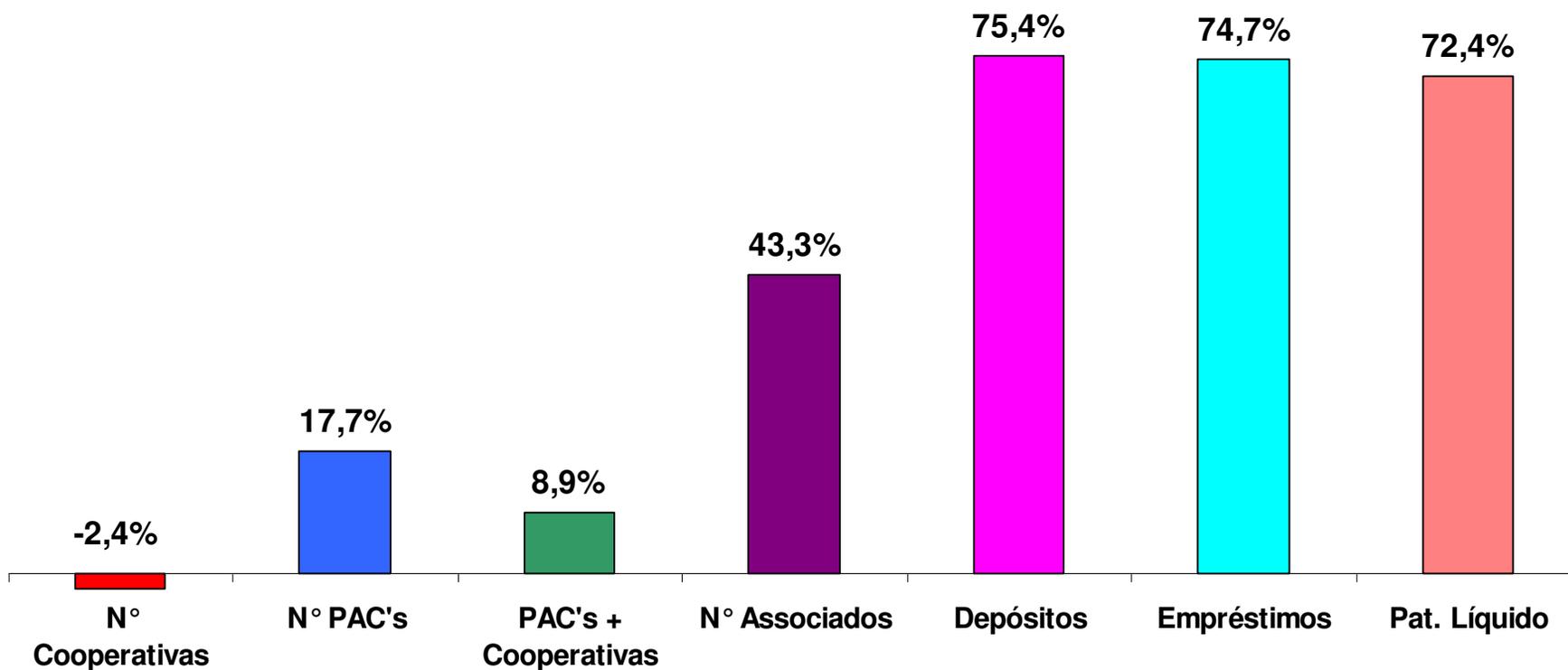
- **Objetivos:** Capitalizar as cooperativas de crédito e ampliar o valor das quotas-parte dos empreendedores nas suas cooperativas, permitindo elevar o valor do crédito recebido;
- **Público:** Pessoas físicas e jurídicas que sejam empreendedoras de atividades produtivas;
- **Taxa de juros:** pós-fixada (TJLP mais até 4% ao ano = 10,15 a 12,15% ao ano);
- **Limites de crédito:** até R\$ 10 mil por associado empreendedor;
- **Prazos:** até 6 anos, incluído até 1 ano de carência;
- **Limites por cooperativas:** até 100% do Patrimônio de Referência.
- **Agente financeiro:** BNDES e seus agentes credenciados

Quantidade de cooperativas e de PAC



Fonte: Banco Central do Brasil

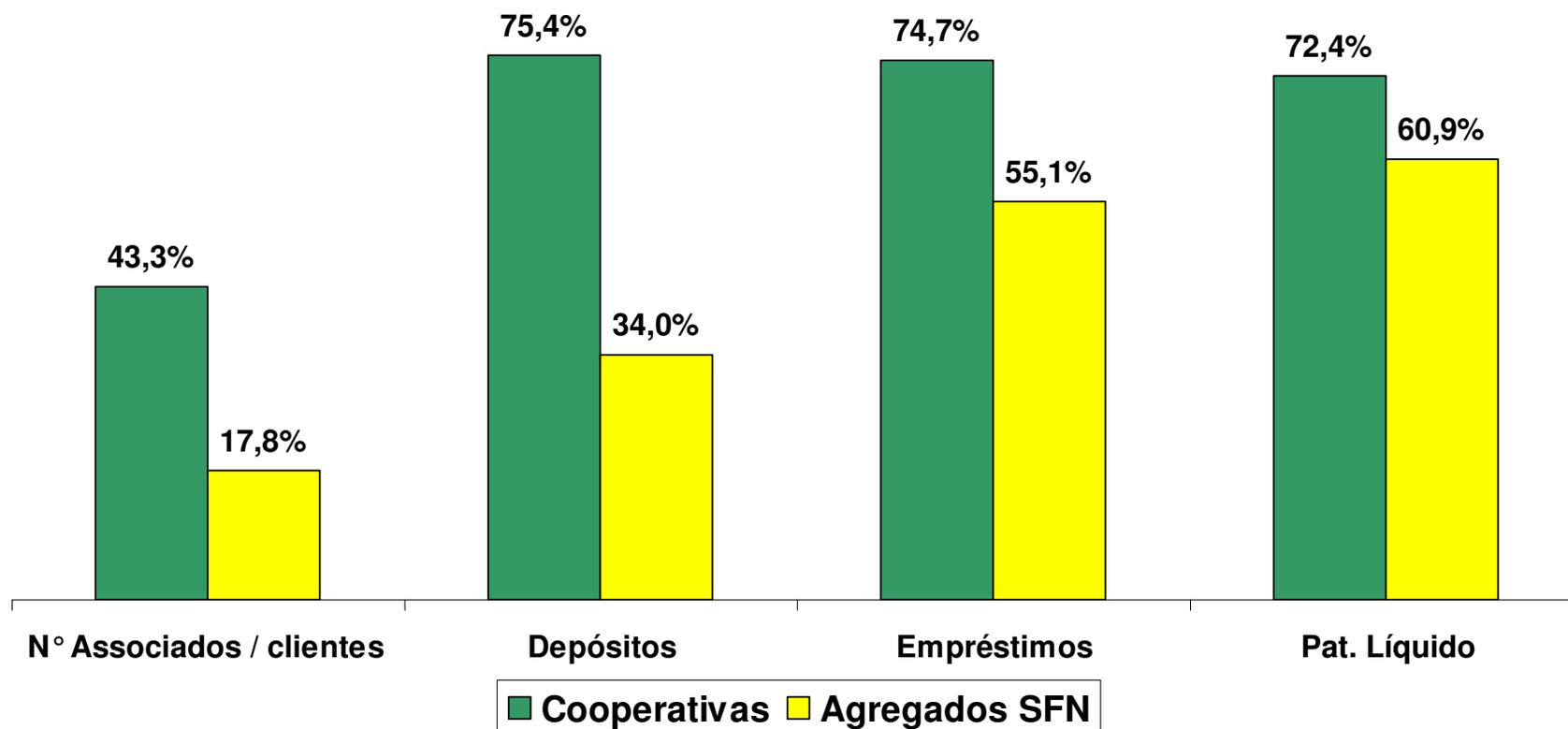
Evolução do Cooperativismo de Crédito



Evolução do cooperativismo de Crédito no Brasil – Dez/02 a Ago/05

INDICADORES	Dez/02	Ago/05	Var. absoluta	Var. %
N° Cooperativas	1.430	1.395	(35)	(2,4)
N° PAC's	1.848	2.176	328	17,7
PAC's + Cooper.	3.278	3.571	293	8,9
N° Associados	1.871.998	2.683.022	811.024	43,3
Depósitos (R\$ mil)	5.823.482	10.215.600	4.392.118	75,4
Emprést. (R\$ mil)	5.685.043	9.934.909	4.249.866	74,7
Pat. Líquido (R\$ mil)	2.549.077	4.394.317	1.845.240	72,4

Comparativo da Variações Percentuais Dezembro/02 a Agosto/05



Ações do Governo - 5

- **Projetos de Lei encaminhados ao Congresso**
 - Pré-empresa: PLC que institui regime tributário, previdenciário e trabalhista especial para empresário com receita bruta de até R\$ 36 mil/ano, incorporado no Projeto da Lei Geral das Micro e pequenas empresas;
 - Cadastro Positivo: PL que disciplina os bancos de dados de proteção ao crédito e de relações comerciais;
 - PL que permite a cobrança de operações de microcrédito realizadas por OSCIP e SCM por Tribunais de Pequenas Causas.

PNMPO – Programa de Microcrédito Produtivo Orientado

- **Público:** Empreendedores com renda bruta de até R\$ 60 mil (**Comitê vai propor a ampliação para R\$ 120 mil**);
- **Taxa de juros:** Até 4% ao mês e TAC de até 3% (**comitê vai propor retirar as travas temporais da TAC**);
- **Limites de crédito:** até R\$ 5 mil, sendo permitido até 20% dos contratos com valores de até R\$ 10 mil (**Comitê vai propor liberar até R\$ 10 mil**);
- **O Comitê Gestor também vai propor a revisão dos processos operacionais para simplificar o repasse de recursos do FAT;**
- Permissão para a realização de operações de crédito do PNMPO sem a exigência de garantias reais;

Microcrédito Produtivo orientado – Programa Crediamigo do Banco do Nordeste

Contratos realizados e valores emprestados entre:	<i>Número de contratos</i>	<i>Valores (em R\$ 1.000,00)</i>
10/1997 a 31/12/2002	947.110	721.531
01/01/2003 a 30/04/2006	1.749.458	1.553.465
Carteira ativa em 30/04/2006	203.122	138.326

Fonte: Banco do Nordeste

Microcrédito Produtivo orientado – BNDES

ANO	Total de operações (contratos)	Valor total liberado (R\$ 1.000)	Valor Médio (R\$)
2002	100.297	120.602	1.202
2003	117.582	139.088	1.183
2004	130.323	175.904	1.350
2005	142.465	194.089	1.362
2006 (*)	43.236	58.594	1.355

Fonte: BNDES – operações com microempreendedores

(*) Desembolsos até 30/04/06

PNMPO – Instituições Habilitadas – 30/04/06

Região	IMPO				AGI	Total
	Oscip	SCM	IFO	Coop. Crédito	IF	
Norte	5			1	1	7
Nordeste	18		1	11	1	31
Sudeste	12	13	1	3		29
Sul	30	1		40	2	73
C. Oeste	4			2		6
Total	69	14	2	57	4	146

BRASIL – Recursos para microcrédito Produtivo e de consumo – 1995 e Governo Lula

MICROCRÉDITO	Desembolsos Realizados			
	TOTAL Gov Lula		2005	
	Número de Operações	Valor (R\$ 1.000)	Número de Operações	Valor (R\$ 1.000)
Microcrédito Produtivo Orientado (1)	2.210.943	2.160.345	766.086	781.531
Microcrédito Produtivo (2)	1.478.751	1.884.537	797.393	1.143.738
Microcrédito Popular (3)	15.025.740	3.045.053	9.583.431	1.404.506
Subtotal	18.715.434	7.089.935	11.146.910	3.329.775
Crédito Consignado - só INSS (4)	8.339.501	13.487.187	5.287.181	8.763.203
PRONAF (5)	4.553.949	16.233.110	1.530.603	5.579.120
TOTAL	31.608.884	36.810.232	17.964.694	17.672.098

Fonte: Bacen, MTE, BB/BPB, CAIXA, BASA, BNB e BNDES

Elaboração: MF

(*) Operações realizadas até 30/04/06

(1) Crediamigo, BNDES, BB, CAIXA e BPB

(2) PIS empreendedor e PASEP empreendedor, Depósitos Especiais - Microempreendedor

(3) Depósitos especiais (uso livre) - até 28/02, FAT Mat. de Construção (até R\$ 5 mil) e PC Conectado

(4) Operações contratadas até 31/03/06

(5) Operações contratadas a partir de 07/2005 até março/06

Desafios

- Ampliar o número de produtos e o acesso aos serviços financeiros pela população de baixa renda e microempreendedores;
- Reduzir os custos nas operações de microfinanças;
- Desenvolver padrões simplificados de contas para as OSCIP's e de rating para o conjunto das IMPO's;
- Consolidar o PNMPO e ampliar a relação entre as instituições bancárias e as instituições de microcrédito;

Desafios

- Ampliar o número de cooperativas de crédito e de IMF's, estimulando sua expansão para os pequenos municípios;
- Aumentar a escala de operação das IMF's, com ampliação da área de atuação para as comunidades e empreendedores mais carentes;
- Ampliar a inclusão bancária nos pequenos municípios;
- Incentivar a formação de redes e cooperativas de serviços pelas IMFs;

Desafios

- Relacionar o pagamento de benefícios sociais com a política de inclusão bancária e microcrédito, visando:
 - Ampliar o acesso aos serviços financeiros entre a população de baixa renda (cidadania);
 - Estimular a utilização do microcrédito como “porta de saída” dos programas sociais – Pronaf B;
 - Ampliar as possibilidades de utilização dos cartões de benefícios para saques parciais e pagamento pela compra de produtos e serviços;
 - Atuar na educação bancária e ampliar o contato deste segmento da população com os serviços financeiros;

MODELOS

- I. Atuação das instituições de microcrédito de forma isolada e com pequena escala, atuando em nichos e contando geralmente com apoio e subsídio direto de governos locais ou de entidades de cooperação nacional ou internacional;
- II. Manutenção da atuação das IMF's como OSCIP e SCM, mas articuladas em redes de serviços operacionais (cooperativas de serviços ou centrais de IMF's), visando a redução de custos, ampliação da escala, capacitação, negociação, etc;
- III. As OSCIP's e ONG's de Crédito estimularem a constituição de cooperativas de crédito (Livre Admissão, duas ou mais categorias ou de Microempreendedores) na base de clientes mais experientes, mantendo a sua atuação como OSCIP ou ONG nas novas bases (pessoal e territorial);

MODELOS

- IV. Tornar as OSCIP's de Crédito gestoras ou correspondentes bancários, mantendo sua autonomia na gestão dos financiamentos destinados aos microempreendedores, mas fornecendo outros serviços financeiros em nome dos bancos, ampliando receitas e reduzindo custos;
- V. Os governos estaduais estimularem seus bancos de desenvolvimento e agências de fomento a atuarem na forma de AGI (Agente de Intermediação), contribuindo para a organização e fornecimento de recursos para as IMF de seus estados;
- VI. Os bancos comerciais ganharem experiência em microfinanças e passarem a atuar, direta ou indiretamente, no fornecimento de crédito a microempreendedores;

Legislação sobre microcrédito

Cooperativas de crédito	Leis 4.595/64, 5.764/71, 10.865/04 / Res. CMN 3.198/04, 3.309/05, 3.321/05 e 3.346/06; Circular BC 3.294/05
OSCIP	Lei 9.790/99, MP 2.143-33/01 e 2.113-32/01 e Decreto 3.100/99 e Port. MJ 361/99 e 256/02.
SCM	Lei 10.194/01 e Res. CMN 2.874/01 e 3.182/03
Crédito Consignado	Lei 10.820/03 e Decreto 4.961/04 e Res CMN 2.718/00, IN 121/05 e IN 01/05 do INSS
Corresp. Bancários	Res. CMN 3.156/03, 3.110/03 e 2.707/00
Risco e Garantia	Res. CMN 2.682/99, 1.559/88 e 3.258/05 / Circular BC 3.163/05
Bancos Cooperativos	Res. CMN 3.188/04 e 2.788/00
FAMPE (Sebrae)	Lei 8.029 e Lei 11.110/05
Agências de Fomento	MP 2.192-70/01 e Res. CMN 2.828/01

Legislação sobre microcrédito

Banco Popular do Brasil	Lei 10.738/03
Contas simplificadas	Res. CMN 3.211/04
Conta corrente	Res. CMN 2.025/93, 2.747/00, 2.817/01 e 2.953/02
FAT – Funproger	Leis 7.998/90, 8.019/90, 8.352/91, 9.872/99 e Lei 11.110/05 e Res CMN 3.091/03
Tributação do Crédito	Leis 9.311/96, 10.865/04, 10.892/04, Lei 11.110/05 e Port MF 244/04
Depósitos especiais para microcrédito	Lei 10.735/03, Lei 11.110/05, Res. CMN 3.310/05
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO	Lei 11.110/05, Decreto 5.288/04, Res CMN 3.310/05 e Res. Codefat 449/05